

## A gestão escolar mediante o processo inclusivo: tendências e desafios

Sandra Cristina Lúcio VELLOSA

Refletindo acerca de diversos fatores que acabam por influenciar tanto positivamente quanto negativamente nosso sistema educacional brasileiro, nos deparamos neste século XXI com algumas implicações acerca do processo inclusivo de educandos com necessidades educacionais especiais nas redes regulares de ensino.

Para que possamos obter uma melhor compreensão sobre como vem ocorrendo esta prática inclusiva nas instituições educacionais brasileiras e quais as implicações das políticas educacionais implantadas em nosso sistema de ensino com relação a este processo, compreendemos ser de extrema relevância levar o leitor a um breve conhecimento sobre a trajetória da Educação Especial no Brasil.

Perpassando por todo o processo histórico dos indivíduos com necessidades educacionais especiais, pode-se constatar alguns dos caminhos perversos pelos quais esses indivíduos percorreram; estando estes caminhos hoje, mais amenos, devido às políticas educacionais implantadas em nossa atualidade.

O primeiro caminho percorrido por esses indivíduos encontra-se relacionado como sendo um período único de **exclusão**, nos quais, por portarem algum tipo de deficiência visível, acabavam por serem abandonados e até mesmo, na maioria das vezes, mortos por seus próprios familiares. Tudo isso pelo fato de fugirem do “padrão de normalidade” considerado para a época. Já aqueles indivíduos que não possuíam uma deficiência tão exposta fisicamente, como a mental, por exemplo, tinham a oportunidade de sobrevivência, embora permanecessem confinados em suas próprias casas, sob os cuidados constantes de seus familiares, mas que, não lhes eram dada a oportunidade de convívio com a comunidade da qual faziam parte.

Já em uma etapa posterior, ocorreu que, com o advento do Cristianismo, esses indivíduos passaram então a ser considerados como **tendo almas** e acabavam, portanto não sendo mais mortos, mas sim, confinados em asilos e hospitais psiquiátricos. Vemos ser de extrema relevância ressaltar que, mesmo nesta época, esses indivíduos ainda continuavam sendo separados da vida em comunidade.

Em seguida a este processo, com a sociedade um pouco mais aberta à compreensão acerca dessa questão, iniciou-se então o processo de **integração** desses indivíduos nas comunidades, tendo os mesmos a oportunidade de frequentar escolas especiais e até mesmo escolas regulares de ensino mas que, nessas escolas regulares, eram inseridos em classes especiais que acabavam sendo implantadas nessas instituições para o atendimento aos mesmos.

E, o que podemos evidenciar no presente momento, vem a ser o **processo inclusivo**, nos quais os indivíduos com necessidades educacionais especiais encontram-se frequentando as chamadas classes regulares de ensino.

É de notável percepção que, o processo inclusivo desses educandos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino tem se intensificado significativamente em relação ao final do século passado, acompanhado de constantes discussões a respeito dessa temática, com o intuito de poder alcançar alternativas de soluções que visem estancar ou, ao menos, retrair dificuldades que acabam por atingir, de forma direta, o direito desses educandos de conviverem e participarem da vida em sociedade.

Mas, de que forma vem ocorrendo este processo inclusivo e qual o papel da gestão educacional neste caso tão específico?

Pensando, portanto mais profundamente acerca da inserção desses educandos com necessidades educacionais especiais nas salas regulares de ensino – processo inclusivo – podemos perceber nitidamente dentro do nosso sistema educacional brasileiro que, até a década de 90 do século passado, eram encontradas nas instituições educacionais uma gestão totalmente homogênea, ou seja, o ensino era oferecido de igual valia para uma clientela da qual se considerava estar no mesmo nível de desenvolvimento. Portanto, quando se pensa em uma gestão homogênea, há uma nítida percepção sobre esta forma de intervenção educacional, no qual se acredita que todos os alunos, por se encontrarem nos mesmos níveis de desenvolvimento, acabavam por obter então as mesmas necessidades no processo ensino - aprendizagem.

Daí então a justificativa pela qual esses educandos com necessidades educacionais especiais não obtinham a permissão para frequentar as mesmas salas de aulas daqueles alunos considerados “normais”.

Krawczyk e Vieira (2006) mencionam que, a partir da década de 90 do século passado, a gestão escolar passa a se tornar um pouco mais heterogênea, no

sentido de que há perceptivelmente a constante necessidade de se atender às particularidades de cada aluno, seja ele portador de algum tipo de deficiência ou não. Portanto, consideramos ser de extrema relevância esclarecer que, na gestão heterogênea trabalhada nas instituições educacionais, sobressai-se o respeito à diversidade cultural de seus alunos, criando-se, portanto, um ensino que procure atender às especificidades/necessidades de cada educando em particular, seja ele um aluno pertencente do processo inclusivo ou não; discurso este totalmente pertencente ao processo inclusivo dos educandos com necessidades educacionais especiais.

Desta forma, as políticas educacionais passaram a conseguir acolher a todos os alunos de que ela deveria oferecer atendimento, ou seja, trabalhar com toda uma demanda de que lhe está incumbida.

Diante desses pressupostos, podemos perceber que os educandos com necessidades educacionais especiais se tornaram os maiores beneficiados com a gestão heterogênea, devido a uma maior possibilidade de proximidade de um trabalho pedagógico, ou seja, mais interligado/direcionado às suas reais necessidades específicas.

Quando Saviani (1999) trabalha com a questão dos Sistemas de Ensino e dos Planos da Educação, podemos definir, no caso da Educação Especial, que este Plano da Educação estaria totalmente interligado com a questão do cumprimento então da Lei nº 7583, de 24 de outubro de 1989, no qual menciona as seguintes medidas presentes no artigo 24:

- I – a matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoa portadora de deficiências capazes de se integrar na rede regular de ensino;
- II – a inclusão, no sistema educacional, da educação especial como modalidade de educação escolar que permeia transversalmente todos os níveis e as modalidades de ensino;
- III – a inserção, no sistema educacional, das escolas ou instituições especializadas públicas e privadas;
- IV – a oferta obrigatória e gratuita, da educação especial em estabelecimentos públicos de ensino... ((PIZZONE, 2006, Pg. 77)

Como podemos observar, conseguimos perceber um elo de ligação em que, todas as medidas citadas acima, nada mais vem a ser do que o próprio Saviani compreende como fazendo parte dos Planos da Educação, resultando essas medidas em uma total intencionalidade de se atender à toda esta clientela

considerada como sendo portadora de necessidades educacionais especiais dentro do próprio sistema educacional regular e que, até então, encontrava-se evadida da escola por motivos obsoletos como por exemplo, a questão do preconceito.

Baseando-se ainda em Saviani (1999) quando trata da questão dos Sistemas de Ensino - aos nossos olhos voltados especificamente para um ensino especializado - este sistema englobaria então a Educação Especial como sendo uma modalidade educativa, abrangendo portanto, a educação precoce, a pré-escolar, as de 1º e 2º graus, a supletiva, a habilitação e reabilitação profissionais, com currículos, etapas e exigências de diplomação próprios. Conseqüentemente, subentende-se que todas essas etapas devem encontrar-se interligadas de uma maneira conjunta e consistente em um maior fortalecimento dos Planos da Educação por intermédio de uma implantação do sistema que deva ocorrer, impreterivelmente, nas três esferas: federal, estadual e municipal.

Mas como nosso sistema educacional ainda encontra-se em processo contínuo de construção, ele *ainda possui a tendência* em caminhar para um processo que seja único de atuação; sendo este processo definido por Romão (1997) como competências educacionais.

Transferindo então esta idéia para a área da Educação Especial, permeia-se o direito imposto pela Lei nº 7853/89, em que os educandos com necessidades educacionais especiais devam freqüentar assiduamente as salas regulares de ensino, visto que, como proposta validada nos Planos de Adaptações Curriculares destinados ao atendimento desses educandos, os conteúdos trabalhados na série não devem ser diferenciados; o que, na realidade deve diferenciar no processo educacional como um todo, vem a ser a extinção das classes especiais como forma de intervenção exclusiva oferecida a esses educandos, devendo, portanto ter obrigatoriamente os profissionais de cada instituição de ensino, as competências necessárias para favorecer de forma adequada uma educação eficaz a esta clientela.

Casassus (2002), um dos mais renomados especialistas na área da gestão, trabalha com a idéia das culturas: a organizacional e a cultura da escola.

Dentro da cultura organizacional devem ser trabalhadas, portanto as relações humanas; relações estas que se intensificam a partir do momento em que há uma aceitação maior por parte do docente e dos próprios colegas de classe com relação àquele aluno com necessidades educacionais especiais. Já a cultura da escola

encontra-se voltada para o campo da organização educacional, principalmente com relação às normas de funcionamento das instituições educacionais.

Permeando este caminho com a Educação Especial, têm-se a prevalência de que são as instituições educacionais que devem adequar-se às necessidades específicas de sua clientela, e não mais os educandos com necessidades educacionais especiais se adequarem ao próprio sistema educacional, como ocorria há tempos atrás. Por meio do intenso respeito com relação às adequações das instituições educacionais para com esses referidos alunos é que deverão ser ditas as normas de funcionamento de cada uma delas, de acordo com as necessidades de sua clientela; tendo que haver portanto, uma alteração na cultura geral da escola, a fim de que se prevaleça o objetivo maior de funcionamento dessas instituições de ensino: o oferecimento de uma total acessibilidade à sua clientela.

Casassus (2002) ainda ressalta que, quando se fala em gestão educacional, pensa-se impreterivelmente no papel estratégico que um gestor deve apresentar em vias de propor uma melhor organização dentro do sistema de ensino. E, neste papel, sem sombra de dúvidas, é de extrema relevância que o gestor procure priorizar o acesso dos educandos com necessidades educacionais especiais em sua instituição de ensino aos benefícios conferidos aos demais educandos, incluindo neste caso, o material escolar, transporte, merenda escolar e bolsas de estudo, devendo facilitar ao máximo sua inserção ao sistema educacional perante os direitos adquiridos por lei.

Em virtude de nossas experiências práticas, no que se refere à Educação Especial e, perante as leituras realizadas em Casassus (2002), nos é possível nitidamente associar as idéias de visão estratégica-situacional e também de visão de qualidade total; visões estas que possuem a necessidade de ocorrência conjunta em nossas instituições educacionais da atualidade.

Entende-se pela visão estratégica-situacional, a capacidade de interação, ou seja, da ação das pessoas mediante um trabalho executado por meio de estratégias.

Quando se pensa em um trabalho pedagógico realizado por meio de estratégias, vê-se imprescindivelmente uma atuação pedagógica tida como essencial para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais.

Esses educandos, por necessitarem de um atendimento mais individualizado e por, na maioria das vezes, portarem uma significativa dificuldade em seu processo

de aprendizagem, acabam por se beneficiarem, de forma mais ampla, de uma aprendizagem que tenha como princípio básico, a ênfase nas estratégias de ensino, pois esses educandos necessitam obrigatoriamente de um ensino mais regrado, com metodologias mais definidas continuamente durante todo o seu processo educacional.

Já a visão de qualidade total é tida como um grande modelo no campo educacional, sendo por meio desta realizado um forte trabalho disciplinar e pensando-se sempre no ser como sendo único e não na totalidade das pessoas.

Esta visão vem a transparecer completamente na necessidade do processo educacional desses educandos com necessidades educacionais especiais, pois se têm que pensar exatamente no aluno como um ser único, que possui suas necessidades específicas e também suas potencialidades, visando atingir de forma exclusiva cada aluno por meio de trabalhos diferenciados conforme suas necessidades exigirem.

Ainda no âmbito das políticas educacionais atuais, podemos certificar de que há um positivo favorecimento com relação ao aspecto estratégico de ensino aos educandos com necessidades educacionais especiais, nos quais permeiam formas diferenciadas de transmissão de conhecimentos, embora com ênfase no mesmo conteúdo planejado.

Ressalta-se mais uma vez que estas oportunas formas diferenciadas de transmissão de conhecimentos devem procurar atender às particularidades de cada indivíduo, tendo como prioridade o aspecto cognitivo do aluno e, desta forma, a aplicação de atividades diversificadas que visem ao atendimento de suas necessidades específicas, sem que se destoe ao conteúdo de que foi planejado para a série no qual o mesmo encontra-se inserido.

Partindo dos pressupostos indicados acima, vemos ser imprescindível ressaltar que, o sistema educacional jamais deve ser visto pelos seus atuantes professores/gestores e participantes (alunos) como uma visão fragmentada de ensino, devendo ocorrer então o processo de ensino-aprendizagem por meio de um elo imprescindível de ligação entre todos os aspectos de sala de aula (conteúdos, avaliações e interação social).

Logo, consideramos por meio das políticas educacionais que, nosso sistema de ensino deva trabalhar com os referidos aspectos – conteúdos, avaliações,

interação social – de forma totalmente interdisciplinar para que, assim, atenda às exigências feitas por meio de nossa política educacional.

Refletindo um pouco mais acerca desta questão, podemos observar que, as políticas educacionais ocorrem na prática ainda de uma forma bastante deficitária, por conseqüência de uma má articulação entre a macro-política e a micro-política. Mas podemos então lançar os seguintes questionamentos: por que esta discrepância entre a micro e a macro-política?... E qual a relação com o processo inclusivo?

Como tentativa de resposta a estas indagações, podemos compreender por intermédio de Frigério (2002), que as instituições educacionais não são fenômenos previsíveis. Há fortes indícios de que elas ainda trabalham e muito no campo da história passada. Levando-se em consideração a evolução da espécie humana, acreditamos que a macro-política ainda não conseguiu alcançar um avanço significativo da qual exige a micro-política, ou seja, refletindo sobre alguns parâmetros educacionais, o sistema educacional ainda encontra-se bastante distante de atender às necessidades das quais sua clientela busca ideologicamente na escola.

Justamente por este fato é que se pode considerar como um fenômeno muito comum o que vem ocorrendo nas instituições de ensino regular: a não-aceitação das diferenças entre indivíduos em um mesmo ambiente educacional, prevalecendo uma rejeição maior por parte também do docente que ministra suas aulas naquela sala específica.

Analisando então sob este aspecto, o nosso macro-sistema defende seu discurso no sentido de que aos educandos prevalece o direito de uma educação de qualidade e para todos. Mas tomando-se por base nosso micro-sistema, vemos não ser bem esta nossa realidade, no qual há uma visível discriminação/rejeição com relação à aceitação e à execução de um trabalho apropriado quando se trata da questão da inserção dos educandos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino.

Constata-se, portanto sob esta ótica, uma acentuada perda ética-moral do funcionamento das instituições educacionais, em decorrência de consideráveis fragilidades nas políticas educacionais; não possuindo as mesmas capacidades de atender em qualidade e quantidade as demandas da escola.

O processo inclusivo encontra-se diretamente inter-relacionado com o educar, ou seja, deve haver uma relação institucional com a sociedade, sendo ela, a educação, um instrumento imprescindível para a formação do cidadão; embora, atualmente, pareça ter se perdido este papel, esta função e, afetando de uma forma totalmente direta o acesso a uma educação qualitativa dos educandos com necessidades educacionais especiais até o presente momento.

Segundo Freitas (1998), houve todo um processo de descentralização do sistema educacional no país, pois, a princípio, o que ficava a encargo somente do Estado anteriormente, atualmente passou-se a dividir suas responsabilidades com outros co-participantes, embora ainda seja do Estado o aval final em detrimento de determinadas práticas implantadas pelas coordenadorias municipais.

Procura-se então idealizar trabalhos específicos por meio da micro-política, mas com os objetivos totalmente voltados para o atendimento de nossa macro-política.

E, por fim, pensando-se nas políticas educacionais ainda, não podemos deixar de ressaltar a importância do papel da docência acerca dessas questões discutidas até então.

É neste caso que, não somente a micro-política, mas também a macro-política sejam responsáveis pela oferta de cursos específicos à docência voltados para a questão dos educandos com necessidades educacionais especiais: suas deficiências, seus aspectos cognitivos, comportamentais, de atuação e intervenção.

É somente por meio desta prática que podemos promover a eficiência de um serviço docente voltado para a questão da qualidade de um trabalho de intervenção mais direto, específico e que atenda às reais necessidades de cada aluno em particular.

Em detrimento de todo esse contexto discutido na perspectiva da gestão escolar mediante o processo inclusivo de educandos com necessidades educacionais especiais, é imprescindível ressaltar que, na prática, se chegou a uma desigualdade total de sua clientela dentro do sistema educacional, não ocorrendo realmente como se prevalece no discurso, de uma **educação para todos**.

O que se verifica é que, todos os cidadãos têm direito ao acesso à educação, ressaltando-se a “diferenciação das qualidades dessa educação”; fato este que, jamais poderia ocorrer.



Devido a esta disparidade ocorrida entre as políticas educacionais e as práticas ocorridas nas instituições educacionais, torna-se extremamente necessária a ocorrência de significativas intervenções em nossa prática educacional, por meio de tomadas de medidas mais severas que proporcionem mudanças de atitudes, a fim de que se consiga minimizar esta problemática pela qual vêm se perpassando os educandos com necessidades educacionais especiais em nosso sistema educacional brasileiro.

## Referências

ADRIÃO, Theresa. *Novos padrões de gestão para a educação: em busca de novos referenciais?* In: Adrião, T, **Educação e produtividade: a reforma do ensino paulista e a desobrigação do Estado**. Editora Xamã, 2006.

CASASSUS, Juan. *Problemas a la gestión: educativa em América Latina: la tensión entre los paradigmas de tipo A y de tipo B*. In “Em Aberto” (INEP – MEC), Volume 09, nº 75, julho, 2002.

FRIGERIO, Graciela. *As reformas educacionais reformam as escolas ou as escolas reformam as reformas?* In: **A educação na América Latina: análise de perspectivas**. Editora da UNESCO, 2002.

FREITAS, Dirce Nei T. *A gestão educacional na intersecção das políticas federal e municipal*. In: **Revista da Faculdade de Educação (USP)**, V. 24, julho/dezembro, 1998.

KRAWCZYK, Nora & VIEIRA, Lúcia V. *Homogeneidade e Heterogeneidade nos sistemas educacionais: Argentina, Brasil, Chile e México*. In: **Cadernos de pesquisa (FGV – SP)**, V. 26, set/dez, 2006.

JANNUZZI, Gilberta. **A luta pela educação do deficiente mental no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2ª edição, 1992.

ROMÃO, José Eustáquio. *Política de Ensino Básico nas Municipalidades*. In: **Anais do Congresso de Ciências Humanas, Letras e Artes (Universidade de Viçosa)**, mimeo, 1997.

PIZZONE, Márcia R. T. (org.). **Guia de orientação sobre Direitos das Pessoas com Deficiência**. Prefeitura Municipal de Araraquara. Centro de Referência da Cidadania, 2006.

SAVIANI, Dermeval. *Sistemas de Ensino e Planos da Educação: o âmbito dos municípios*. In: **Revista Educação e Sociedade**, nº 69, dezembro, 1999.